



**DECRETO N.º 014/2023**

*Define os critérios, procedimentos e documentos para comprovação da destinação rural, agrícola, pecuária e/ou pastoril dos imóveis localizados no Município de Selbach/RS, para fins de não incidência de IPTU.*

O Prefeito Municipal de Selbach, Estado do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Legislação Vigente, decreta:

**Art. 1º** O Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU não incidirá sobre imóvel que, comprovadamente, seja utilizado para exploração extrativa vegetal, agrícola, pecuária ou agroindustrial.

§ 1º Para fins de não incidência do IPTU será verificada a utilização do imóvel no exercício imediatamente anterior ao da ocorrência do fato gerador do imposto nos termos da legislação tributária municipal.

§ 2º Sobre o imóvel que se enquadrar na condição estabelecida no caput incide o Imposto Territorial Rural - ITR, de competência da União, conforme estabelece o art.15 do Decreto-Lei nº 57, de 18 de novembro de 1966.

**Art. 2º** A inscrição, o cancelamento do cadastro do ITR e a descaracterização total ou parcial das condições rurais do imóvel ou fração ideal, nos termos da Instrução Normativa INCRA n.º 82 de 27 de março de 2015 junto à Receita Federal do Brasil, são de responsabilidade do contribuinte.

§1º O disposto no caput não impede que o Município adote as providências cabíveis para descaracterização total ou parcial da área nos termos do art. 20 e seguintes da Instrução Normativa INCRA n.º 82 de 27 de março de 2015.

§ 2º A não incidência do IPTU somente abrangerá o imóvel que tenha destinação econômica descrita no caput do art. 1º.

§ 3º A destinação econômica indicada no § 2º é caracterizada pela utilização contínua do imóvel conforme definido no caput e consequente comercialização dos bens e produtos oriundos dessa exploração.



**Art. 3º** A não incidência do IPTU deverá ser requerida pelo contribuinte, não podendo o Município avaliar a destinação do imóvel de ofício, mantida a presunção de incidência do imposto municipal pelo critério da localização caso não produzida a prova de que trata este artigo.

§ 1º O requerimento na forma do caput, se deferido, servirá como comunicação ao Município de que o imóvel se enquadra nas condições referidas no art. 1º e importará na não incidência do IPTU a partir dos anos subsequentes.

§ 2º Excepcionalmente, poderá haver o cancelamento de créditos de IPTU já lançados, desde que a documentação apresentada pelo contribuinte seja suficientemente profícua para comprovar a destinação econômica e agropastoril do imóvel em cada exercício que se pretende cancelar, apresentando-se, por exercício, o rol de documentos de que trata o art. 7º deste Decreto.

§ 3º O requerimento deverá ser protocolado até 30 de novembro do exercício anterior para que seja deferido antes da ocorrência do fato gerador de IPTU, preferencialmente, até o último dia de dezembro.

§ 4º No caso de imóvel objeto de partilha ou com área loteada, cada contribuinte requererá a não incidência do tributo sobre a fração ideal do imóvel que lhe é correspondente.

**Art. 4º** Independentemente da não incidência do imposto em anos anteriores, lançado o tributo, o primeiro requerimento protocolado a partir da publicação deste Decreto será instruído fazendo prova da utilização do imóvel no exercício imediatamente anterior e seu deferimento importará no cancelamento do IPTU do exercício em que ocorrer o pedido.

**Art. 5º** Deferido o primeiro requerimento, a comprovação da utilização do imóvel deverá ser renovada a cada 05 (cinco) anos, mediante requerimento acompanhado do rol de documento de que trata o art. 7º.

**Parágrafo único.** O IPTU se tornará devido em relação ao exercício em que não restar comprovada a utilização do imóvel na forma deste Decreto e passará a ser lançado também para os exercícios subsequentes.

*U*





**Art. 6º** Ocorrendo qualquer alteração na situação física ou jurídica do imóvel que importe na incidência do IPTU a comunicação à Secretaria da Fazenda deverá ser feita até o final do exercício relativo à ocorrência.

**Art. 7º** Para fins de comprovar a destinação rural do imóvel e obter a declaração de não incidência tributária de IPTU, os documentos a serem apresentados são os seguintes:

**I** - cópia do documento de identidade do contribuinte e do arrendatário, do parceiro ou do comodatário, se for o caso;

**II** - cópia da matrícula atualizada do imóvel;

**III** - cópia das notas de produtor rural emitidas ou relatório analítico das operações efetuadas (produção), referentes ao período sob análise observado o disposto no § 3º;

**IV** - comprovante de que o proprietário ou o responsável pela exploração possui inscrição ativa como produtor rural no Município, junto à Secretaria da Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul;

**V** - laudo de que o imóvel objeto da solicitação de não incidência do IPTU é destinado à exploração extrativa vegetal, agrícola, pecuária ou agroindustrial, indicando o percentual da área do imóvel ocupada para cada tipo de produção, cultivo ou criação;

**VI** - declaração do requerente discriminando todos os tipos de cultivos, criações ou produtos que explora e intenciona explorar no imóvel no exercício em que protocolado o requerimento e nos dois subsequentes;

**VII** - cópia da Declaração do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (DITR) ou do recibo de entrega, dos exercícios sob análise, observado o disposto no § 3º;

**VIII** - cópia do contrato de arrendamento, parceria ou comodato, se for o caso.

**§ 1º** Para fins do disposto no inciso II, considerar-se-á atualizada a matrícula cuja data de emissão seja correspondente ao exercício em que ocorrer a sua apresentação.

**§ 2º** Os documentos referidos nos incisos IV e VI deverão ter sido emitidos nos últimos 90 (noventa) dias.

U



§ 3º Os documentos indicados nos incisos III e VII deverão ser os referentes ao(s) exercício(s) imediatamente anterior (es) aquele(s) em que objetiva a não incidência.

§ 4º O laudo a que se refere o inciso V deverá ser emitido por Engenheiro Agrônomo ou Técnico Agrícola devidamente cadastrado no CREA, e estar acompanhado da respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) com quitação da taxa;

§ 5º O laudo indicado no inciso V deverá ter sido emitido no exercício em que se der a apresentação ao Município, exceto no caso previsto no § 6º.

§ 6º Em substituição a declaração a que se refere o inciso VII, poderá ser apresentado um laudo para cada exercício em que ocorrer a utilização do imóvel conforme art. 1º, devendo o mesmo atender ao disposto no inciso V e no § 4º.

§ 7º Os documentos indicados no inciso III deverão refletir a efetiva destinação do imóvel, devendo comprovar comercialização condizente com as atividades desenvolvidas.

§ 8º Falecido o titular do imóvel e existindo a exploração na forma do art. 1º por herdeiro, esse deverá apresentar cópia de seu documento de identidade e de documentos que comprovem a condição de herdeiro enquanto não encerrado o processo de inventário.

**Art. 8º** Os requerimentos de não incidência do IPTU em razão da utilização do imóvel serão protocolados e encaminhados a uma comissão designada para os fins de avaliar esses pedidos.

§ 1º A comissão de que trata o caput será formada por, no mínimo, 3 (três) servidores, designados pela Administração Municipal, e terá atribuição de avaliar os pedidos, de acompanhar e controlar os casos para os quais houve deferimento anterior, e de emitir parecer sobre os pedidos a ser submetido à homologação pelo Secretário da Fazenda.

§ 2º A decisão do Secretário da Fazenda retornará à comissão, que, se for o caso, providenciará o cancelamento do tributo junto ao setor competente e comunicará o contribuinte da decisão.

§ 3º O cancelamento de lançamento do imposto efetuado referente a imóvel que se enquadre na situação prevista no art. 1º só poderá ser realizado após a emissão de parecer favorável da comissão, da Procuradoria Municipal e homologação pelo Secretário da Administração, Fazenda e Planejamento pelo deferimento do pedido.





§ 4º A comissão verificará, para fins de emissão do parecer, a correlação entre as atividades constantes do laudo, da declaração e a produção do período bem como a movimentação econômica comprovada, podendo realizar, a qualquer tempo, diligências diversas no intuito de certificar-se da efetiva destinação econômica em caráter contínuo dada ao imóvel em cada exercício, opinando pelo indeferimento no caso de utilização diversa daquela indicada no art. 1º ou sem fins econômicos.

§ 5º Julgando necessário, a Comissão solicitará a complementação ou substituição de documentos ao contribuinte, para que o faça no prazo de 10 (dez) dias sob pena de indeferimento.

§ 6º A comissão terá o prazo de 60 (sessenta) dias para a análise dos pedidos, a contar da data do protocolo do pedido contendo os documentos necessários.

§ 7º Do indeferimento caberá recurso ao Prefeito Municipal no prazo de 10 (dez) dias observado, no que couber, o procedimento de segunda instância administrativa previsto na legislação tributária municipal, no qual, previamente à decisão, se manifestará a comissão.

**Art. 9** Até o dia 15 de dezembro de cada exercício, a comissão levará ao conhecimento da autoridade administrativa tributária competente pelo lançamento a relação de todos os contribuintes e imóveis para os quais não houve o requerimento de não incidência tributária de IPTU.

§1º Até o encerramento de cada exercício a Comissão remeterá ao setor responsável pelo Cadastro Imobiliário, via processo administrativo:

I - relação de todos os contribuintes e imóveis para os quais houve deferimento do pedido de não incidência do IPTU naquele exercício;

II - relação de todos os contribuintes e imóveis para os quais não restou comprovada a destinação do imóvel conforme o art. 1º no último exercício analisado; e

III - relação de todos os contribuintes e imóveis para os quais não houve o requerimento de que trata o art. 4º naquele exercício.



**Art. 10** A qualquer tempo, mediante intimação, o contribuinte prestará informações ao Fisco Municipal e apresentará documentos solicitados com relação ao imóvel.

**Art. 11** Será devido o IPTU sobre o imóvel observando-se o calendário de pagamento do imposto do exercício a que corresponder, com acréscimos de correção monetária e juros moratórios previstos na legislação tributária, sempre que ocorrer o indeferimento do pedido, quando não houver a comprovação de que trata o art. 3º ou quando a destinação do imóvel for diversa daquela indicada no art. 1º.

**Art. 12** A não observância dos prazos estabelecidos neste Decreto sujeitará o contribuinte à multa por descumprimento de obrigação acessória, conforme disposto na legislação tributária.

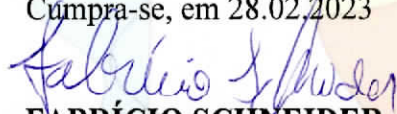
**Art. 13** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO, em 28 de fevereiro de 2023.



**Michael Kuhn**  
Prefeito Municipal

Registre-se, publique-se e  
Cumpra-se, em 28.02.2023



**FABRÍCIO SCHNEIDER**  
Secretário de Administração,  
Fazenda e Planejamento